



CÂMARA MUNICIPAL
DE UBERLÂNDIA

O LEGISLATIVO

ÓRGÃO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DE UBERLÂNDIA - MG

ANO XX N°.4055
QUINTA-FEIRA, 19
DE MARÇO DE 2026 |
EDIÇÃO DE HOJE -
03 PÁGINAS

PORTARIAS

PORTARIA 094/2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO QUE MENCIONA

O Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a partir de 19 de março de 2026, do cargo de provimento em comissão, a servidora abaixo relacionada, lotada no gabinete do Vereador Celisvaldo da Silva (Pezão do Esporte):

Assessor Parlamentar - Cód. ASP - 05

Raquel Borges Augusto.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal, 19 de março de 2026.

ROSENVALDO CORREIA DE MENDONÇA

(Zezinho Mendonça)

Presidente

CONVOCAÇÕES

Convocação nº 03/2026

Uberlândia/MG, 19 de Março de 2026

Assunto: Convocação para terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de apurar os feminicídios consumados ocorridos no Município de Uberlândia/MG nos anos de 2024 e 2025, com especial atenção à subnotificação, à eficácia das investigações penais e administrativas, e à atuação da rede de proteção à mulher instituída pelo Requerimento nº 20519/2025.

Nos termos da Portaria nº 056/2026, que instituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar os feminicídios consumados ocorridos no Município de Uberlândia/MG nos anos de 2024 e 2025, com especial atenção à eventual subnotificação dos casos, à eficácia das investigações penais e administrativas e à atuação da rede de proteção à mulher, instituída pelo Requerimento nº 20.519/2025, ficam formalmente convocados(as) os(as) seguintes vereadores(as), integrantes desta Comissão:

I - Elinho da Academia - Relator

I - Pezão do Esporte (autor do requerimento);

II - Lia Valechi - Membra;

III - Amanda Gondim - Membra;

A presente convocação tem por finalidade a realização da 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, ocasião em que serão apresentados e deliberados novos pedidos de informação, bem como serão ouvidos, a convite, representantes da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM. Na oportunidade, também serão deliberadas novas diligências, requisições de documentos e demais providências necessárias ao regular prosseguimento e à efetividade dos trabalhos investigativos desenvolvidos por esta Comissão.

Local: Plenário Homero Santos - Câmara Municipal de Uberlândia - Av. Ubiratan Honório de Castro, s/nº - Santa Mônica, Uberlândia - MG, 38408-154.

Data: 26/03/2026 - Quinta-Feira

Horário: 09h00

LIZA PRADO

Vereadora-CIDADANIA

ATAS

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 9h00, no Plenário Homero Santos, na sede da Câmara Municipal de Uberlândia, foi realizada a segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída por meio da Portaria nº 056/2026, publicada em 09 de fevereiro de 2026, decorrente do Requerimento nº 20519/2025, publicado em 22 de outubro de 2025, com a finalidade de apurar os feminicídios consumados ocorridos no Município de Uberlândia/MG nos anos de 2024 e 2025, com especial atenção à subnotificação, à eficácia das investigações penais e administrativas e à atuação da rede de proteção à mulher. Declarados abertos os trabalhos, registrou-se a presença dos membros da comissão: Vereadora Liza Prado - Presidenta; Vereador Elinho da Academia - Relator; Vereador Pezão do Esporte - autor do requerimento; e Vereadora Amanda Gondim. Registrou-se a ausência da Delegada Lia Valechi, que justificou sua ausência em razão de estar em plantão. Na sequência, foi realizado um minuto de silêncio em respeito à memória de mais uma vítima de feminicídio ocorrida no Bairro Maravilha, nesta cidade. Dando continuidade, foi apresentado à comissão o encaminhamento para aprovação do organograma de trabalho da CPI, estabelecendo que as atividades serão desenvolvidas a partir de um plano de trabalho com cronograma e metodologia de investigação, contemplando a requisição de documentos, relatórios e dados estatísticos junto aos órgãos responsáveis pela segurança pública, sistema de justiça, saúde e assistência social. Ficou consignado que, no curso das investigações, a CPI promoverá oitivas de autoridades e representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das forças de segurança e do Programa de Prevenção à Violência Doméstica - PPVD, além de especialistas e representantes da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos das mulheres. Também serão realizadas visitas técnicas a órgãos da rede de atendimento e proteção, tais como a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, unidades de saúde, equipamentos da assistência social, casas de acolhimento e organizações da sociedade civil que prestam apoio às mulheres em situação de violência. Após discussão entre os membros, o organograma de trabalho foi colocado em deliberação e aprovado pela comissão. Na sequência, procedeu-se à leitura de quatro pedidos de informações, realizada pela Vereadora Amanda Gondim, pelo Vereador Elinho da Academia e pela Presidenta Liza Prado, destinados a órgãos e instituições relacionados à temática investigada, com o objetivo de subsidiar os trabalhos da CPI, os quais, após lidos, fo-

ram aprovados pelos membros da comissão. A Presidenta informou ainda o recebimento de uma carta relacionada ao enfrentamento à violência contra a mulher, deliberando pela juntada do documento aos autos da CPI, o que também foi aprovado. Com a palavra, a Vereadora Amanda Gondim apresentou encaminhamento acerca da situação do Centro Integrado da Mulher, destacando que o prédio atualmente se encontra inviabilizado para o atendimento adequado, em razão da ausência de salas específicas, da falta de condições adequadas de sigilo e da exposição das mulheres atendidas. Ressaltou o esforço dos policiais que atuam no local, apontando que o problema é de natureza estrutural, e cobrou providências quanto à disponibilização de um espaço adequado de acolhimento. Sugeriu ainda que, na próxima reunião da CPI, seja convidada a Delegada Dra. Daniela, para relatar as condições de trabalho, apresentar dados de atendimento e esclarecer as necessidades estruturais da delegacia, lembrando que o equipamento também atende casos envolvendo pessoas idosas e crianças. Ao final, solicitou a realização de visita técnica à sede do Centro Integrado da Mulher. O encaminhamento foi formalizado pelo Vereador Elinho da Academia e colocado em votação, sendo aprovado. Na sequência, foi franqueada a palavra à Presidenta da Organização da Sociedade Civil SOS Mulher Eloísa Moreno que expôs preocupações acerca de falhas no sistema de acolhimento às mulheres vítimas de violência, destacando a ausência de profissionais qualificados na linha inicial de atendimento, o que pode gerar violência institucional, agravada por fatores culturais. Ressaltou a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de prevenção e questionou sobre a possível transferência da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM para o complexo Iracema Marques. A Vereadora Amanda Gondim esclareceu que a convocação do Secretário Municipal de Desenvolvimento Social terá justamente o objetivo de esclarecer questões relativas à estrutura e à possibilidade de implantação de um novo espaço. A convidada também apontou a falta de integração entre os sistemas de dados, o que pode gerar subnotificação nas estatísticas oficiais. A Vereadora Amanda Gondim esclareceu que há legislação municipal, de 2021, que prevê a organização dessas informações, ressaltando que a CPI cobrará o cumprimento dessa norma. A Presidenta Liza Prado destacou que a mulher não precisa esperar morrer para que o poder público atue, lembrando que o município deveria possuir um plano municipal de enfrentamento à violência contra a mulher, cuja implantação deveria ter ocorrido até o final de 2025. Diante disso, a Presidenta Liza Prado encaminhou convite às seguintes autoridades para participação em reunião da CPI: Dra. Bárbara, da Defensoria Pública; Dra. Daniela, Delegada da Polícia Civil da DEAM; e o Sr. Sérgio do Bom Preço, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, o que foi aprovado pelos membros. Na sequência, foi concedida a palavra à Sra. Suyane, representante da organização SOS Família, que apresentou dados relativos à falta de atendimento adequado a crianças vítimas de violência no âmbito familiar, informando que a instituição já realizou 18 atendimentos de mulheres vítimas de tentativa de feminicídio, encaminhadas pelo juiz titular da Vara Especializada em Crimes contra a Mulher da Comarca de Uberlândia/MG. Destacou ainda a necessidade de um sistema integrado de dados para evitar a revitimização das mulheres, questionou a inexistência de políticas como auxílio-aluguel para mulheres em situação de risco, e informou que atualmente há cerca de setenta mulheres aguardando atendimento. Ressaltou também a ausência de repasse de emendas parlamentares e apontou que muitas situações de violência chegam primeiro à rede de saúde, destacando a importância

da integração entre os sistemas. Em seguida, fez uso da palavra a Professora Neiva Flávia, que destacou a relevância da CPI, afirmando tratar-se de uma das mais importantes já realizadas pela Câmara Municipal. Ressaltou que o debate sobre feminicídio exige a análise de todo o percurso da violência, sugerindo que seja ouvido o Comando da Polícia Militar. Relatou situação em que uma mulher vítima de agressão, ao se defender, foi informada por um policial que ambos seriam conduzidos presos, o que resultou na desistência do registro da ocorrência. Destacou também a necessidade de cumprimento da legislação vigente no município, especialmente no campo da educação e da dignidade sexual, ressaltando a importância de políticas educativas e de iniciativas como o movimento Banco Vermelho, que possui forte impacto visual e simbólico na conscientização social. Salientou ainda a importância de políticas públicas integradas que envolvam educação, segurança pública e acolhimento institucional, destacando a responsabilidade do município e da própria Câmara no enfrentamento da violência contra as mulheres. Diante das manifestações, a Vereadora Amanda Gondim encaminhou a convocação da Secretária Municipal de Educação, Tânia Toledo, bem como a formalização de ofícios à Superintendência Regional de Ensino, solicitando informações sobre o cumprimento da legislação relacionada à educação e ao enfrentamento à violência. A Presidenta Liza Prado colocou em votação o convite à Secretária de Educação, à Superintendente Regional de Ensino e ao Juiz da Vara Especializada em Crimes contra a Mulher, o que foi aprovado pelos membros, ficando a data a ser posteriormente definida. Também foi aprovada a realização de visita técnica à Casa Abrigo e à Casa de Passagem. Na sequência, foi concedida a palavra à Sra. Ana Porfírio, que destacou a relevância da CPI e apontou o distanciamento do município de Uberlândia das políticas públicas voltadas às mulheres, defendendo a criação de uma Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres. Ressaltou a importância do acolhimento às mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e destacou que os maiores índices de violência ocorrem aos finais de semana e no período noturno, quando não há delegacia com atendimento especializado. Sugeriu ainda a capacitação de pelo menos um policial por turno para atendimento em Libras, garantindo acessibilidade às mulheres com deficiência auditiva. Foi informado que os pedidos de informações e demais documentos estarão disponíveis para assinatura dos membros logo após o encerramento da reunião, solicitando-se a colaboração para que todos procedam à assinatura ainda nesta data. Em seguida, foi aberto espaço para manifestação dos membros da comissão, oportunidade em que foram reforçados o compromisso institucional da CPI e a importância do aprofundamento das investigações para o fortalecimento da rede de proteção às mulheres. Nos encaminhamentos administrativos, ficou definido: o envio de ofícios aos órgãos destinatários por meio do motorista da Câmara Municipal; a formalização dos convites e convocações aprovados; e a realização de visitas técnicas previamente deliberadas. Por fim, a Presidenta Liza Prado convocou os membros da comissão para a terceira reunião da CPI, a realizar-se no dia 26 de março de 2026, às 09h00, no Plenário Homero Santos da Câmara Municipal de Uberlândia. Nada mais havendo a tratar, foi agradecida a presença de todos e todas, reafirmando-se o compromisso desta Comissão com a verdade, com a responsabilidade institucional e com a proteção das mulheres de Uberlândia. Às 10h00 foi declarada encerrada a presente reunião, da qual foi lavrada a pre-

sente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da comissão.

Ver^a. Liza Prado
Presidenta
Ver. Elinho da Academia
Relator
Ver. Pezão do Esporte
Membro
Ver^a. Amanda Gondim
Membra

CONTRATAÇÕES

EXTRATO DE ADITAMENTO

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

Contratado: ALGAR TELECOM S/A

Espécie: Aditamento contratual nº.: 011/2026.

Fundamento: O presente aditamento tem fundamento no art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/93, na Cláusulas Quinta do Contrato nº 004/2021, firmado em decorrência do Pregão Eletrônico nº 002/2021, Processo nº 003/2021, bem como na justificativa anexa, que passa a integrar este instrumento para todos os fins, como se aqui estivesse integralmente transcrita, e na solicitação de prorrogação constante do protocolo nº 1056, de 19 de fevereiro de 2026.

Objeto: Prorrogação do prazo contratual para o exercício 2026, com cláusula de rescisão antecipada.

Prazo da Vigência: 01/04/2026 a 31/12/2026

Valor Global: R\$ 10.014,84 (dez mil, quatorze reais e oitenta e quatro centavos).

Recurso Orçamentário: 01.122.7005.2258- Manutenção de Serviços Administrativos - Ficha 9079 - 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ. 43 Serviços de Telecomunicações.

Data da expedição do Termo: 13/03/2026

ROSENVALDO CORREIA DE MENDONÇA

Presidente

ELIUSMARCIO A. DE CARVALHO

2º Secretário e Ordenador de Despesas

ATO DE AUTORIZAÇÃO

A ORDENADORA DE DESPESAS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Com fundamento no inciso I do art. 75 e Portaria nº 205/23 da Câmara Municipal de Uberlândia, estando presentes os requisitos para tanto, conforme o que consta no Processo de nº. 006/26, AUTORIZO a contratação direta, Dispensa nº 003/26, cujo objeto é o serviço de troca do para-brisa dianteiro, original de fábrica, do veículo oficial chevrolet trailblazer PREMIER D4A, a ser realizado pela empresa Romany Comércio de Vidros para Autos Ltda inscrita no CNPJ - 41.810.094/0001-41, com o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Determino ainda que o presente ato de autorização seja divulgado e mantido à disposição em sítio eletrônico Oficial. UBERLÂNDIA, 19 DE MARÇO DE 2026.

LIZA FERNANDES PRADO

ORDENADORA DE DESPESAS/1ª SECRETÁRIA.

**SEJA
SOLIDÁRIO,
DOE SANGUE.**

**DOAR UM
ATO DE
AMOR**

Procure o hemocentro
mais próximo e saiba
como doar em segurança.

Mais informações
saude.gov.br/doesangue

DISQUE
SAÚDE
136



f Siga as nossas
redes sociais **ig**

Acompanhe e
participe das
ações do
Legislativo

**CÂMARA MUNICIPAL
UBERLÂNDIA**

EXPEDIENTE

O LEGISLATIVO Ano XX nº 4055, QUINTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2026 | EDIÇÃO DE HOJE - 03 PÁGINAS

Órgão Oficial da Câmara Municipal de Uberlândia/MG

Criado pela Lei Municipal nº 8485 de 24/11/2003. Av. João Naves de Ávila, 1617 | 38408-144 | (34) 3239-1130

Editado e produzido pela Diretoria de Comunicação/Seção de Jornalismo com base na documentação disponibilizada pelos departamentos

Diretor de Comunicação: Ademir Reis (MG04854JP);

Jornalista Responsável: Eithel Lobianco Jr. 3484 MTE/SJPMG; Editoração Eletrônica: Seção de Jornalismo.

Disponível no site da Câmara: www.camarauberlandia.mg.gov.br e disponibilizado na rede interna para departamentos e gabinetes dos vereadores.

Edições anteriores solicite pelo e-mail: imprensa@camarauberlandia.mg.gov.br